

Pregão eletrônico 000008-23

ANEXO V - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Quadro resumo	Fornecedor
	CNPJ
	Representante
	Objeto
	Validade
	Preço global
Anexos	A - Quadro de preços registrados B - Formulário para fornecimento

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu(sua) digite..., digite..., na qualidade de Instituição Gerenciadora, nos termos da Resolução Sesc nº 1.252/2012, **RESOLVE** registrar os preços constantes do Anexo A desta Ata de Registro de Preços, para a execução do(s) item(ns) do Edital Pregão Eletrônico Sesc em Minas 000008-23, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

1. Objeto

1.1. Constitui objeto deste instrumento a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição, sob demanda, de insumos odontológicos, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do Edital de Licitação.

1.2. Constituem partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 000008-23 e seus anexos, bem como o Quadro de Preços Registrados (Anexo A), Formulário para Fornecimento (Anexo B) e demais documentos do processo licitatório.



2. Da Validade Do Registro De Preços

2.1. A presente Ata terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. A presente Ata poderá ser prorrogada, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc (Resolução do Sesc nº 1.252/12), até 60 (sessenta) meses, desde que a pesquisa de mercado demonstre que o preço registrado atualizado se mantém vantajoso a cada prorrogação.

- a. Prorrogada a Ata de Registro de Preços, ficam restabelecidos seus termos e condições iniciais, inclusive os quantitativos.

3. Do preço

3.1. Os preços registrados são aqueles constantes do Anexo A deste instrumento, e neles já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao fornecimento, inclusive transporte, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros.

3.2. Os preços registrados serão fixos pelo período de 12 (doze) meses, ressalvadas as exceções previstas nesta Ata.

3.3. A Instituição Gerenciadora convocará o Fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

3.3.1. Caso seja frustrada a negociação, o Fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

3.3.2. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Instituição Gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata ou parte dela.

3.4. Havendo requerimento do fornecedor, os preços registrados poderão ser reajustados a cada prorrogação, desde que transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou, no caso de sua exclusão, de outro índice que venha a substituí-lo.



4. Do reequilíbrio econômico-financeiro

4.1. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da Ata poderá ser requerida pelo fornecedor em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, desde que gerem impacto relevante no ajuste firmado entre as partes, e inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, cabendo à Instituição Gerenciadora a análise e conclusão acerca do seu cabimento e pertinência.

- a. O ônus de comprovar de maneira inequívoca a observância de todos os critérios estabelecidos nesta cláusula é do fornecedor;
- b. Deverá haver comprovação de impacto individualizado na Ata, a partir da demonstração do efetivo pagamento a maior dos itens sobre os quais se pretende o reequilíbrio;
- c. É necessário comprovar impacto extraordinário que ultrapasse os índices de reajustamento previstos em Ata;
- d. A variação do índice de reajuste para o período será descontada do cálculo de reequilíbrio ou implicará no deslocamento do termo inicial de 12 (doze) meses de eventual reajuste para a data da assinatura do aditivo de recomposição.
- e. O reequilíbrio será concedido a partir da data do requerimento formalizado pelo fornecedor;
- f. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspende a execução da Ata e não autoriza o fornecedor a deixar de cumprir ou retardar suas obrigações contratuais, o que pode gerar a aplicação de penalidades.

5. Condições de fornecimento/recebimento

5.1. O Fornecedor será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

5.2. A solicitação para fornecimento dos produtos será realizada pela Instituição Gerenciadora, obedecidos os prazos e condições do Termo de Referência, sendo encaminhada por qualquer meio idôneo ao Fornecedor, tais como memorando, ofício, e-mail ou sistema próprio do Fornecedor, devendo dele constar a data, o fornecimento que deverá ser feito, o prazo, e assinatura do responsável.



5.3. É obrigatória a emissão de nota fiscal/fatura para todos os fornecimentos realizados.

5.4. O Fornecedor é obrigado a providenciar às suas expensas a substituição do produto rejeitado no prazo estipulado pela Instituição Gerenciadora, sob pena da aplicação de sanções.

5.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do Fornecedor por eventuais defeitos ou vícios intrínsecos.

5.6. Quando do recebimento do Formulário para o Fornecedor enviado pela Instituição Gerenciadora, o Fornecedor deverá colocar na cópia que o acompanhar, a data e o horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

5.6.1. A cópia do Formulário para o Fornecedor deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da Ata.

5.7. O Fornecedor da presente Ata fica obrigado a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o último quantitativo demandado no Pedido ao Fornecedor - PAF.

6. Da subcontratação

6.1. É admitida a subcontratação nas condições previstas no Termo de Referência.

6.2. A execução e qualidade do serviço ou fornecimento subcontratado continuarão inseridos na esfera de responsabilidade do Fornecedor, que responderá integralmente por eventuais inadequações, vícios e/ou falhas.

7. Do pagamento

7.1. A Instituição Gerenciadora pagará ao Fornecedor o valor apurado conforme o fornecimento realizado, e desde que cumpridos os prazos previstos neste instrumento e nos seus Anexos.

7.2. A emissão de Nota Fiscal deverá ocorrer conforme orientação da Instituição Gerenciadora, que observará as exigências legais para o produto e a eventual necessidade de conferência prévia.



7.2.1. Entre a emissão da nota fiscal e sua entrega ao Fornecedor não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.2. A nota fiscal será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, em conformidade com as exigências legais, e contendo as seguintes informações:

- a. Objeto do Contrato;
- b. Número do Contrato;
- c. Período de referência do faturamento;
- d. Conta bancária, Banco e Agência;
- e. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;
- f. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela contratante a fim de produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal.

7.2.3. Quando necessário, a fiscalização poderá exigir, junto da Nota Fiscal, a seguinte documentação:

- a. Comprovante de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do fornecedor;
- b. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- c. GFIP do Prestador.

7.3. Recebida a nota fiscal acompanhada da documentação pertinente, a Instituição Gerenciadora verificará a sua adequação em até 10 (dez) dias consecutivos.

7.3.1. Caso seja constatada qualquer pendência, a Instituição Gerenciadora dará ciência ao Fornecedor e devolverá a nota, reiniciando o prazo de 10 (dez) dias consecutivos quando da reapresentação dos documentos.

7.3.2. A devolução de nota fiscal pela Instituição Gerenciadora não importará na suspensão da execução dos serviços ou fornecimento pelo Fornecedor, nem o eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução da Ata.



7.4. Verificada a adequação da nota fiscal e dos documentos emitidos, o pagamento será efetuado, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, observando o seguinte planejamento:

- a. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 06 e 15 do mês corrente serão pagas no dia 05 do mês subsequente;
- b. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 16 e 25 do mês corrente serão pagas no dia 15 do mês subsequente;
- c. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 26 e 05 do mês corrente serão pagas no próximo dia 25;

7.5. Todos os ônus fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os preços serão de exclusiva responsabilidade do Fornecedor, sendo deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos de qualquer esfera de governo, na forma determinada na legislação vigente.

7.6. A Instituição Gerenciadora poderá sustar os pagamentos devidos à contratada e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a. à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência do Fornecedor;
- b. à existência de débitos com a Instituição Gerenciadora;
- c. à existência de débitos de responsabilidade do Fornecedor, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com o objeto desta Ata.

9.1 As retenções acima enumeradas não constituem a Instituição Gerenciadora em mora e não geram direito a alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços ou fornecimento.

9.2 Havendo atraso de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a taxa de compensação financeira devida pela Instituição Gerenciadora será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e



I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$; $I = 0,06/365$; $I = 0,00016438$.

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

8. Das sanções administrativas

8.1. É vedado ao Fornecedor descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas em contrato ou no Edital e Termo de Referência respectivo, quando aplicável.
- b. Paralisação desautorizada, ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- e. Prestação de serviço ou fornecimento de qualidade inferior ao pactuado;
- f. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

8.2. É igualmente vedado ao Fornecedor a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato (informação, fidelidade, respeito, cooperação e confiança).

8.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Instituição Gerenciadora poderá aplicar ao Fornecedor, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a. Multa moratória;
- b. Multa por inadimplemento de até 25% do valor total da Ata ou da licitação, quando inexistente a Ata;
- c. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d. Rescisão unilateral por inadimplemento do Fornecedor.



8.4. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

8.5. No caso de descumprimento pelo Fornecedor dos prazos previstos nesta Ata, no edital e seus anexos, ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência da Ata, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

8.5.1. A multa moratória será descontada diretamente no pagamento fornecimento entregue em atraso, independente da aplicação das demais multas estipuladas nesta Cláusula.

8.6. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela Instituição Gerenciadora excedam o valor da multa fixada.

8.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pela Instituição Gerenciadora e da garantia contratual prestada pelo Fornecedor, quando houver.

9. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

9.1. A Instituição Gerenciadora poderá cancelar a presente Ata por razões de seu interesse, de alta relevância, bem como nas seguintes situações:

- a. ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a continuidade desta Ata;
- b. decretação de falência ou instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade, ou o falecimento do Fornecedor;
- c. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do Fornecedor que prejudique a execução do objeto contratual.

9.2. A Ata também poderá ser rescindida de forma amigável, por acordo entre as partes.



10. Das disposições finais

10.1. Qualquer ajuste complementar entre as partes que crie ou altere direitos e obrigações deverá ser formalizado por escrito entre as partes. Todas as notificações e entendimentos entre a Instituição Gerenciadora e o Fornecedor serão realizados por escrito.

10.2. O Fornecedor não pode caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, nem transferir ou ceder os direitos e obrigações desta Ata, salvo mediante autorização prévia e expressa da Instituição Gerenciadora.

10.3. A eventual abstenção da Instituição Gerenciadora no uso de seus direitos, ou a não aplicação de penalidades não será considerada novação ou renúncia.

10.4. O foro da presente Ata é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

**Instituição
Gerenciadora**

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fornecedor

NOME EMPRESA

Testemunha 1

Nome Testemunha

Testemunha 2

Nome Testemunha



Anexo A – Quadro de preços registrados

A. Dados do fornecedor

Fornecedor
CNPJ
Endereço
Telefone
E-mail
Rep. Legal

B. Descrição do objeto

Lote/Item XXXX	Item
	Descritivo
	Nº de registro ANVISA
	Marca/Modelo
	Quantitativo
	Unidade de medida
	Valor unitário
	Valor total: R\$

Fornecedor

Nome Representante
NOME DA EMPRESA

Testemunha 1

Nome Testemunha

Testemunha 2

Nome Testemunha



Anexo B – Formulário para Fornecimento

Nº do Pedido:
Nome e Cargo do Fiscal:
Email e Telefone do Fiscal:
Unidade Demandante:
Endereço de Entrega:

Solicito a Execução dos Seguintes Itens:

Item	Descrição	Quantidade Solicitada	Quantidade Fornecida

Obs. (i) Nenhum item deverá ser executado antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle. (ii) O fornecimento de itens somente será procedido através de encaminhamento do presente Formulário para Fornecimento devidamente preenchido e assinado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços (iii) Este Formulário, caso necessário, deve ser impresso ou digitalizado e anexado ao processo administrativo correspondente ou equivalente.